



### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - SETOR REQUISITANTE:

Órgão: da Secretaria Municipal de Saúde.  
Setor Requisitante: Gas/ Gerência de Atenção em Saúde  
Documento de Origem: SD nº 001/2024 GAS/SMS  
Processo Administrativo nº 3718/2024

#### 2- OBJETO:

Contratação de empresa especializada em serviço de dosimetria de radiação , com fornecimento mensal de dosímetros (pessoal e padrão ) , para atender as necessidades da Secretaria municipal de Saúde.

#### 3 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Considerando que a dosimetria de radiação é um procedimento de proteção radiológica obrigatório para pessoas ocupacionalmente expostas a radiações ionizantes, conforme normas e regulamentações da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Ministério do Trabalho.

Considerando que o objetivo da dosimetria é determinar a exposição de radiação recebida pelo profissional em um determinado período de tempo, pois a radiação ionizante absorvida fora dos limites admissíveis pode acarretar danos biológicos e portanto deve ser precisamente monitorada.

Considerando que além de permitir a determinação da dose de cada profissional, a dosimetria também permite a indicação das condições de funcionamento dos equipamentos utilizados, onde uma dose elevada pode indicar problemas de blindagens ou de aparelhagem defeituosa.

Considerando o encerramento do contrato atual (Processo nº 12.794/2023) previsto para o primeiro semestre de 2024 e tendo em vista que a natureza do serviço é continuada.

Dessa forma, justifica-se a abertura de novo Processo para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses, com o objetivo de viabilizar o controle do nível de doses de radiação nas unidades que realizam diagnóstico por imagem (CEM, UPA, Pronto Socorro, Mamografia e Tomografia), prevenindo possíveis acidentes ou doenças causadas por exposição inadequada, obedecendo as normas vigentes.

#### 4 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

ITEM	DESCRIPTIVO E ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
01	Serviços de dosimetria pessoal com fornecimento de material. Com fornecimento de 18 (dezoito) monitores individuais (dosímetros) e 05 (cinco) monitores padrão por mês. Logística reversa.	Mês	12	485,99	5.831,88
VALOR TOTAL DOS ITENS				R\$ 5.831,88	



P R E F E I T U R A D E  
**CORUMBÁ**



Secretaria Municipal de  
**SAÚDE**

## 5 - VALOR ESTIMADO:

O valor estimado será foi apurado após pesquisa de mercado , no valor de R\$ 5.831,88 ( Cinco mil oitocentos e trinta e um reais e oitenta e oito centavos ) , foi realizada pela Gerência de Compras e licitações.

## 6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa decorrente para a prestação de serviços, ocorrerá por conta da dotação orçamentária abaixo relacionada:

**Órgão orçamentário:** 25.00 Secretaria Municipal de Saúde

**Unidade orçamentária:** 25.91 Fundo Municipal de Saúde

**25.91.10.302.101.2680** - Gerenciamento das Ações da Média e Alta Complexidade - DESENVOLVIMENTO Social.

**Recurso Orçamentário:** 1.600.0000.041

**Elemento de despesa:** 33.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

## 7 - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Os documentos de Habilitação serão aqueles dispostos aos art. 22,28 e 29 do decreto Municipal 3003/2023 e ainda as declarações que seguem anexo a este Termo de Referência.

## 8 - VALIDADE DA PROPOSTA :

A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias da data do certame.

## 9 - CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO E ACEITABILIDADE DO OBJETO:

A condição para o recebimento e aceitabilidade dependerá do atendimento de todos os requisitos do objeto de licitação, bem como a conferência do responsável pelo setor requisitante. Os requisitos a serem atendidos estão presentes na descrição do objeto presente neste termo de referência, no estudo técnico preliminar e memorial técnico descritivo. Em caso de não atendimento das especificações do objeto, do prazo, o Serviço não será aceito.

### 9.1 Prazo pra a substituição/correção:

Na prestação dos serviços , se em qualquer tempo durante a sua execução normal vier a se constatar incompatibilidade com as especificações solicitadas a empresa contratada deverá proceder a correção de quaisquer discordâncias contratuais dentro do prazo máximo de 2 dias, contados da comunicação da irregularidade emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

## 10 - PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada (mensal).

A primeira entrega dos dosímetros deverá ser efetuada em até 30 dias, mediante solicitação por escrito, formalizada por meio de Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, dela devendo constar: a data, o valor unitário da entrega, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, devidamente autorizado pela autoridade superior.

As demais entregas dos dosímetros deverão ser efetuadas em até 10 dias (logística reversa).





A Secretaria Municipal de Saúde devolverá os dosímetros à empresa contratada em até 05 dias após a data marcada para substituição.

Os laudos técnicos das doses recebidas durante a vigência do contrato deverão ser entregues à Secretaria Municipal de Saúde em até 10 dias após o recebimento dos dosímetros substituídos.

#### **11 - LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:**

Os dosímetros deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, localizado na Rua Dom Aquino nº 3.105 – Bairro Dom Bosco, de 07:30h às 16:00h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Os laudos técnicos deverão ser enviados pela empresa contratada mediante e-mail (endereço eletrônico) a ser informado pela Secretaria Municipal de Saúde em momento oportuno, podendo também ser disponibilizado eletronicamente em sistema online que permita acesso aos referidos relatórios.

#### **12 .PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO :**

O prazo de vigência contratual será de 12 meses.

#### **13 - PAGAMENTO:**

O pagamento decorrente da aquisição do bem ou serviço, objeto desta contratação será efetuado mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos serviços, conforme cronograma de execução, com apresentação da Nota Fiscal, ocasião em que esta Secretaria verificará a regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS), com a Fazenda Estadual, com a Fazenda Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Toda e qualquer documentação que se refere ao pagamento serão atestados pelo fiscal e gestor do contrato designados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, e ao final da execução do contrato são também os responsáveis pela emissão de Termo de Recebimento provisório e definitivo da Obra/Serviços licitados.

Seguindo os artigos constantes no Capítulo X, Título Dos Pagamentos da Lei 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos.

#### **14 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

Fornecer à CONTRATADA, todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato;

Pagar à CONTRATADA na forma estabelecida neste instrumento, efetuando a retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

Acompanhar e fiscalizar, através de servidor(es) designado(s) pelo órgão contratante, o cumprimento deste instrumento, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

Exigir a apresentação de notas fiscais com as requisições fornecidas, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, etc, bem como fornecer à CONTRATADA recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de compromissos que exijam essas comprovações.

#### **15 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA :**

Atender as requisições do CONTRATANTE, fornecendo o objeto licitado na forma estipulada neste instrumento, principalmente quanto às suas especificações e ao prazo de entrega;



Entregar o objeto licitado no local e forma indicada pela CONTRATANTE, obedecendo aos prazos estipulados.

A CONTRATADA obriga-se pela garantia dos equipamentos contra vícios e/ou defeitos, e pela prestação da assistência técnica especializada pós-venda do(s) item(ns) adjudicados de acordo com os prazos mínimos exigidos a contar da data de entrega. Durante a vigência da garantia, a CONTRATADA substituirá qualquer equipamento que apresentar vício e/ou defeito.

Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

Credenciar junto ao CONTRATANTE um representante e números de telefone e fax para prestar esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução contratual;

Indicar, a pedido do CONTRATANTE, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o CONTRATANTE;

Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

#### **1. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**15.1** Comete infração administrativa o fornecedor que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

**15.1.1** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**15.1.2** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**15.1.3** dar causa à inexecução total do contrato;

**15.1.4** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**15.1.5** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**15.1.6** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**15.1.7** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**15.1.8** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**15.1.9** fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**15.1.10** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**15.1.11** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta Dispensa Eletrônica;

**15.1.12** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.





**15.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 15.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 15.1.1 a 15.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**15.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

- 15.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 15.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 15.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 15.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 15.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**15.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**15.5.** A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**15.6.** Na aplicação da sanção prevista na alínea "b" do item 15.2 deste Termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**15.7.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 15.2 deste Termo será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**15.7.1** Quando o quadro funcional não dispor de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

**15.8.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**15.9.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **16 - PROCEDIMENTOS DE GERENCIAMENTO:**

Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

O fiscal de contrato desenvolverá as suas atribuições na conformidade do Plano de Fiscalização e para facilitação da fiscalização e a gestão do contrato, o município desenvolveu o Plano básico de Fiscalização,



que deve inserir ações a serem adotadas pela equipe de fiscalização, visando inibir a incidência dos riscos comuns a todo objeto, devidamente inserido no item "gerenciamento de riscos" do relatório do estudo técnico.

O proponente deverá indicar preposto e e-mail pelo qual o processo de fiscalização se desenvolverá.

#### 16.1 Do Recebimento Provisório/Definitivo do Produto/Serviço

**16.1.** O objeto será recebido provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante assinatura no verso do documento fiscal respectivo atestando o recebimento provisório, que após verificação da sua conformidade encaminhará os documentos para o recebimento definitivo pelo gestor do contrato, com os dizeres: "verificada a conformidade, ao gestor para o recebimento definitivo".

**16.2.** Se o objeto for de fácil conferência e sem complexidade de verificação para fins de recebimento, o fiscal poderá formalizar o atesto aduzindo no verso do documento fiscal: "Recebido e conferido em ato único", ao gestor para o recebimento definitivo.

**16.3.** Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos pela Contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**16.4.** Até que seja sanada a situação prevista no item anterior, ficará interrompido o prazo de recebimento definitivo e o prazo para pagamento ficará suspenso.

**16.5.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### 17 - BASE LEGAL:

Lei n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3.003/2023, com posteriores alterações.

#### 18 – FORO:

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Referência será o da Comarca de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Corumbá, 15 de maio de 2024.

Beatriz Silva Assad  
Secretária Municipal de Saúde  
Portaria "P" nº 194 de 01.06.2022

Redigido por : Jacqueline B. Negrete de Arruda  
Matrícula 5061





ANEXO V  
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Dispensa Eletrônica/Inexigibilidade nº \_\_\_\_\_/2022  
Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_/2022

A empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, com o endereço eletrônico \_\_\_\_\_, situada no Estado de \_\_\_\_\_, através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação da **DISPENSA ELETRÔNICA/INEXIGIBILIDADE Nº \_\_\_\_/2022, DECLARA** sob as penalidades cabíveis, que:

I - Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III - conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste Aviso e seu(s) Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;

IV - na qualidade de Proponente do procedimento de Contratação Direta instaurado por este Município, o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, Portador(a) do RG sob nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, cuja função/cargo é \_\_\_\_\_ (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

V - não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;



PREFEITURA DE  
**CORUMBÁ**



Secretaria Municipal de  
**SAÚDE**

**VII** - a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

**VIII** – o endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

**IX** – Nomeou e constituiu o(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF/MF sob n.º \_\_\_\_\_, para ser o(a) **preposto** responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste instrumento convocatório e seus anexos.

**X** - para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva: ( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

**XI** – conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal

**\*UTILIZAR O PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**





P R E F E I T U R A D E  
**CORUMBÁ**



Secretaria Municipal de  
**SAÚDE**

---

ANEXO IV  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME EPP

---

Dispensa Eletrônica/Inexigibilidade nº \_\_\_\_\_/2022  
Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_/2022

Eu \_\_\_\_\_, subscrito abaixo, DECLARO que a empresa (qualificação da empresa proponente) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ com sede no endereço \_\_\_\_\_, município \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, neste ato por mim representada, para todos os fins de direito, especificamente para participação na presente contratação, faz jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, por estar contida no rol de beneficiários do artigo 3ª da referida Lei.

DECLARO também, ciência de que a prestação de informações inverídicas sujeitará a empresa, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade ideológica (art. 299 do código Penal) e ao crime a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

---

**Nome e Assinatura do representante legal**

**\*UTILIZAR O PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**



---

## ANEXO DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

### 1 Regularidade fiscal, social trabalhista

- 1.1** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme caso;
- 1.2** prova de regularidade fiscal perante Fazenda Nacional mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) referente todos os créditos tributários federais à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 1.3** prova de regularidade com Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.4** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII «A» da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.5** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade compatível com objeto contratual;
- 1.6** prova de regularidade com Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 1.7** caso fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais municipais relacionados ao objeto contratual deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;





PREFEITURA DE  
**CORUMBÁ**



Secretaria Municipal de  
**SAÚDE**

**ANEXO II**  
**FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

<b>ÓRGÃO: MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXXXXXX</b>						
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:			DISPENSA ELETRÔNICA/INEXIGIBILIDADE Nº			
TIPO DE JULGAMENTO:			MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE/GLOBAL			
RAZÃO SOCIAL:			CNPJ/CPF:			
ENDEREÇO:			BAIRRO:			
CIDADE/UF:		CEP:		TELEFONE:		
REPRESENTANTE LEGAL:			CPF:			
RG:		E-mail:				
<b>PROPOSTA:</b>						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	MARCA OFERTADA	VALOR TOTAL
1		UN				
2		UN				
3		M				
4		UN				
5		UN				
6		UN				



PREFEITURA DE  
**CORUMBÁ**



Secretaria Municipal de  
**SAÚDE**

7		UN				
8		UN				
9		UN				
10		UN				
VALOR TOTAL						R\$ 0,00

O prazo de validade da proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias corridos. \*De no mínimo, 60 (sessenta) dias.

Nome do banco indicado para o pagamento: \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, Conta Corrente: \_\_\_\_\_.

Agência: \_\_\_\_\_

Prazo de entrega/execução: \_\_\_\_ dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviços.

\*Prazo de Garantia: \_\_\_\_ meses, contados da data de apresentação da proposta.  
\*se couber diante das exigências da contratação do objeto.

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expressas na presente contratação direta, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte.

Declaro que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

Local, de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**